

Difusão da Cultura e Promoção da Vida:
Uma escola no centro de um bairro pobre na Lisboa do século XIX

Helena Ribeiro de Castro

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa

Instituto Piaget

hribeiro.castro@gmail.com

Introdução

No decurso da investigação desenvolvida com vista à elaboração da tese de doutoramento e que teve como principal objecto de estudo, a obra pedagógica de Teresa de Saldanha (1837-1916), fomos confrontados com um importante espólio documental depositado num arquivo particular – o Arquivo das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena – e num arquivo público – o Arquivo das Congregações do Arquivo da Torre do Tombo. Entre cartas particulares e livros de registos, passando por inúmeros relatórios de actividade e fotografias, tivemos acesso a um manancial de informações que, aos poucos, temos procurado sistematizar e tratar.

A obra de Teresa de Saldanha, que chegou aos nossos dias através da acção das Irmãs Dominicanas que ela própria fundou, teve uma enorme importância na segunda metade do século XIX, pelo número de escolas que fundou e dirigiu e, conseqüentemente, pelo elevado número de crianças que atingiu em diferentes estratos sociais, de que se destacam as meninas pobres, sua primeira e sempre prioritária preocupação. Para além disso, é de salientar, como tivemos oportunidade de afirmar noutras ocasiões (Ribeiro de Castro, 2001, 2002, 2003, 2004, 2007a, 2007b), a orientação pedagógica que imprimiu às suas escolas, manifestamente invulgar no contexto da época.

O presente texto pretende apresentar uma das primeiras escolas que Teresa de Saldanha fundou, num palácio arrendado em pleno bairro de Alfama, um dos mais populosos e miseráveis bairros da cidade de Lisboa, caracterizado por condições de habitabilidade e de higiene extremamente deficientes, sem água e com acumulação de lixos e detritos nas ruas estreitas e amontoadas de gente (Cascão, 1993) e que fora violentamente fustigado pelas epidemias de finais da década de 50.

Conhecida como Colégio de S. José das Portas da Cruz ou, simplesmente, Colégio das Portas da Cruz, esta escola teve um papel importante no desenvolvimento do bairro e, particularmente, na vida das centenas de crianças pobres que nele encontraram uma alternativa à vida de miséria a que a condição do nascimento as destinava, bem como na das suas famílias, a quem se estendia a acção da escola e das associações que a patrocinavam. Inicialmente destinada a promover a educação das raparigas carenciadas do bairro, protegidas pela Associação Protectora de Meninas Pobres fundada e dirigida por Teresa de Saldanha, albergou ainda, ao mesmo tempo, uma aula para rapazes pobres sustentada pela Associação Protectora de Escolas-Asilos para Rapazes Pobres a que presidia a cunhada de Teresa, a Marquesa de Rio Maior, e um pensionato para filhos de famílias mais abastadas – rapazes e raparigas que pagavam pela sua educação.

O nascimento da escola

Desde cedo iniciada pela mãe, a Condessa de Rio Maior, no cuidado dos mais pobres, Teresa de Saldanha viu fechar-se em 1862, a escola que dirigia em Santa Marta, em consequência da expulsão das Irmãs da Caridade de S. Vicente de Paulo que nela viviam e ensinavam. A Associação Protectora de Meninas Pobres que com algumas amigas fundara em 1859 para sustentar essa escola e auxiliar outras escolas pobres espalhadas pelo país, depressa procurou outras formas de continuar a desenvolver a acção para que fora fundada. Assim, para além de continuar a contribuir para o sustento de escolas como o Asilo de S. Sebastião em Lisboa e algumas aulas no Alentejo, assumiu a direcção de uma escola na Rua do Sol ao Rato, que já subsidiava (Rio Maior, 1987; Relatórios APMP, 1861, 1862) e, em Fevereiro de 1864, abriu uma escola no Largo da Páscoa.

Mas a exiguidade da casa face à necessidade de responder a tantas solicitações e o desejo de Teresa de Saldanha de fundar uma congregação religiosa portuguesa que desse pleno cumprimento aos seus objectivos (Rio Maior, 1987; Thiaucourt, 1987), fizeram com que, em 1866, começasse a procurar uma casa mais adequada.

Depois de diversas diligências que a Marquesa de Rio Maior descreve circunstanciadamente (Rio Maior, 1987) a escolha recaiu sobre um antigo palácio situado no Largo das Portas da Cruz, a Santa Apolónia, em plena Alfama, “um bairro impossível” (Rio Maior, 1987, p.119), uma casa com excelentes condições para o fim a que se destinava, de que se destacava uma

sala “magnífica (...) em que se faria uma aula sem igual em Lisboa” (Rio Maior, 1987, p. 120). A certeza de que as alunas que frequentavam a escola do Largo da Páscoa poderiam recorrer a outra escola entretanto criada nas redondezas e a consciência de que naquele bairro havia “muito a fazer” (Rio Maior, 1987, p. 119), animaram Teresa de Saldanha a assumir o pesado encargo que, na altura, representavam os 90\$000 réis que o dono da casa pedia pelo aluguer.

Tabela 1. Mapa das rendas pagas pelo aluguer do Palácio das Portas da Cruz entre Janeiro 1867 e Dezembro 1877 (IAN/TT, AC, Cx 40, 852, 853, 854, adaptado)

Anos	Semestres	N.º 1		N.º 3 e 5		Total
		1.º andar	2.º andar	1.º andar	2.º andar	
1867	1.º semestre	---	---	---	60\$000	60\$000
	2.º semestre	---	---	45\$000	60\$000	105\$000
1868	Ano todo	---	---	90\$000	120\$000	210\$000
1869	Ano todo	---	---	90\$000	120\$000	210\$000
1870	1.º semestre	---	---	45\$000	60\$000	105\$000
	2.º semestre	75\$000	---	45\$000	60\$000	180\$000
1871	1.º semestre	75\$000	---	45\$000	60\$000	180\$000
	2.º semestre	75\$000	75\$000	45\$000	60\$000	255\$000
	(mais as cocheiras)	19\$200	---	---	---	19\$200
1872	Ano todo	150\$000	150\$000	90\$000	120\$000	510\$000
1873	Ano todo	197\$000	150\$000	90\$000	120\$000	557\$000
1874	Todo o ano	197\$000	150\$000	90\$000	120\$000	557\$000
1875	Ano todo	197\$000	150\$000	90\$000	120\$000	557\$000
1876	1.º semestre	98\$500	75\$000	45\$000	60\$000	278\$500
	2.º semestre	98\$500	75\$000	45\$000	60\$000	278\$500
1877	1.º semestre	98\$500	75\$000	45\$000	60\$000	278\$500
	2.º semestre	---	---	45\$000	60\$000	105\$000

Na realidade, a Associação Protectora de Meninas Pobres contava apenas, ordinariamente, com as quotas das suas sócias; a estas se juntavam algumas esmolos extraordinárias de benfeitores e o produto de bazares e de rifas que periodicamente se promoviam com essa finalidade. Por isso, apenas o 2.º andar de um dos lados da casa foi arrendado no início. Outros espaços foram sendo arrendados à medida que a obra crescia, como mostra a tabela 1. Para estes pagamentos, concorreu a generosidade da Condessa de Rio Maior que, alguns meses depois, “tomou de renda o andar de baixo” (Rio Maior, 1987, p. 146) e a

comparticipação da Marquesa de Rio Maior através da sua Associação Protectora de Escolas-Asilos para Rapazes Pobres que, a partir de Março de 1871, aí criou a sua própria aula.

A escola das meninas abriu nos primeiros dias de Janeiro de 1867, “com 18 pequenas; uma delas era a Jacinta, que depois passou a mestra” (Rio Maior, 1987, p. 122). Um ano depois, estavam matriculadas 50 raparigas, que entravam de manhã e saíam às 5 horas da tarde (ADSCS, Relatório APMP, 1868) todos os dias da semana excepto 5.as feiras e domingos. Aprendiam a ler, pelo método de Castilho, e a escrever, aritmética – somar, subtrair, dividir, multiplicar, sistema métrico, sistema decimal e regra de três simples – gramática, corografia e História de Portugal e a coser, bordar e fazer crochet, para além de doutrina cristã e História Sagrada (Ribeiro de Castro, 2001, 2002, 2007a, 2007b). Um elenco de disciplinas que ultrapassava o vulgar “ler, escrever e contar” que então se julgava suficiente para este nível de instrução e que, para além dos relatórios da autoria de Teresa de Saldanha é confirmado pelos relatórios de inspecção de 1867 e de 1875 (IAN/TT, MR, Lv 1054, Lv 1075).

As alunas eram divididas em duas classes “estando na primeira, as de oito a quinze anos, e na segunda, as de dois a oito” (ADSCS, Relatório APMP, 1870) que aprendiam também a ler, escrever, contar e coser (ADSCS, Relatórios APMP). A primeira classe, “dirigida por uma mestra competentemente habilitada”, Adelaide do Patrocínio Tabuada, que já fora professora no Largo da Páscoa, preparava as alunas para o exame de instrução primária, no Liceu de Lisboa. A Adelaide casou e foi substituída pela D. Eulália de Morais Sarmiento, a que mais tarde se juntou D. Joana (Thiaucourt, 1987) e, depois, a Jacinta e a “Maria José pequena”, ambas educadas pela Associação.

Procurando com o ensino de “coisas úteis”, como os trabalhos de mãos, ajudá-las a encontrar meios de ganhar a vida, era sobretudo nos valores morais, de inspiração cristã, que se insistia: “Diligencia-se fazer-lhes perceber bem aquilo que se lhes ensina; conselhos dados com brandura, e adequados às suas inteligências, lhes indicam o modo de pôr em prática, nas suas acções, as máximas sublimes da doutrina cristã” (ADSCS, Relatório APMP, 1870).

Um objectivo que, face aos resultados observados, Teresa de Saldanha considera que vai sendo atingido: “Alguns exemplos nos provaram que a boa semente nem sempre cai em terra estéril e encheram os nossos corações de alegria” (ADSCS, Relatório APMP, 1870). E conta:

Uma manhã, antes da hora marcada para a entrada, chega ao Asilo uma das nossas melhores alunas, criança muito galante e esperta! Banhada em lágrimas, na maior aflição, diz que quer falar à sua mestra, e, no meio de soluços, conta-lhe que naquela manhã, tinha havido uma questão violenta entre a sua família, da qual tinha resultado a separação de seu pai e de sua mãe. A criança desejando restabelecer a paz, mas, não sabendo como, lembra-se da sua mestra, de quem tinha recebido conselhos tão bons, corre ao Asilo, e de joelhos lhe pede para ir com ela ajudá-la a fazer a reconciliação entre seu pai, sua mãe e os outros membros da sua família. A aflição da criança, o seu amor por seus pais, as reflexões tão sensatas que faz, tanto impressionaram a mestra que não hesita em cumprir mais esta missão de caridade. Acompanha a sua discípula e as suas exortações, juntas às lágrimas da criança, conseguem o que ambas desejam. A paz e o sossego tornaram a entrar naquele pobre domicílio! Neste facto vedes, Senhoras, quais são as vantagens de infundir nas meninas bons princípios, quais os sentimentos de verdadeira caridade que animam as nossas mestras e qual é a terna confiança que elas sabem inspirar às suas alunas.

Por isso, para além das capacidades literárias e da habilitação profissional, exigência legal que muitas escolas não cumpriam e Teresa de Saldanha fazia questão de respeitar, ela preocupava-se que as suas mestras possuíssem determinadas qualidades humanas, o que a levava a dizer que para a costura podiam ter quem quisessem. Assim, no início da escola, Teresa contratou, para mestra de costura, “uma D. Marcelina, que tinha sido criada da Senhora Condessa de Sobral” (Rio Maior, 1987, p. 122).

D. Marcelina não ficaria muito tempo na escola pois Teresa de Saldanha concluiria que ela “não estava à altura” (Rio Maior, 1987, p. 126) e não hesitara em despedi-la, “para bem do colégio”. Um episódio revelador da exigência e determinação que punha na escolha das educadoras e na orientação das escolas que dirigia.

Igual sorte teria o Padre Aigueperse, um lazarista que ensinava o catecismo na escola. Diversos dissabores provocados pelo referido sacerdote, que incluíam limitações de disponibilidade a dias em que, por exemplo, as raparigas mais velhas não podiam comparecer, ou a divulgação de ditos e opiniões fora do âmbito da escola, sem conhecimento dos seus responsáveis, levaram Teresa de Saldanha a dispensar os seus serviços, numa carta

que a Marquesa de Rio Maior classifica como “o mais atenciosa que pôde escrever” (Rio Maior, 1987, p. 127) e em que dizia:

Apesar do interesse que tem pelas nossas crianças do colégio das Portas da Cruz, sei que as suas ocupações o impedem de lá ir regularmente todas as semanas e pela Mlle Campos percebi que não lhe deu qualquer esperança de lá poder ir nesta altura, visto estar sobrecarregado de trabalho. Não me atrevendo a insistir para que vá às Portas da Cruz e precisando tanto as nossas pequenas de ser ensinadas (...), a Direcção da nossa Associação achou por bem providenciar um capelão que possa ocupar-se exclusivamente da instrução religiosa das crianças dos nossos dois colégios: Portas da Cruz e S. Sebastião. Parece que encontramos um bom padre português que se encarregará dessa missão. Espero que esta notícia lhe agrade, pois representa um encargo a menos para si, que tem já tantas ocupações (...). (IAN/TT, AC, Cx 40, 400, de TS ao Pe Aigueperse, 23 Jul 1868).

Esta decisão, longe de ser pacífica, valeu a Teresa uma série de aborrecimentos, não só com o padre em questão mas também com o seu superior, o Padre Miel (IAN/TT, AC, Cx 40, 399).

A criação da aula nocturna

Ainda no ano de 1867, a escola conheceu um desenvolvimento inesperado:

Um dia apareceu à Teresa a D. Mariana (...) e disse-lhe o seguinte: ‘É um negócio que aqui me traz, e talvez lhe pareça loucura, minha senhora, mas não posso sossegar com esta ideia. (...) Numa rua pouco frequentada existe uma fábrica onde trabalham 200 raparigas de 12 a 20 anos. O director é protestante. As raparigas trabalham em fazer botões, e 14 horas por dia ali estão, e nem se sabem benzer! São de uma ignorância extrema. (Rio Maior, 1987, p. 122)

A referida fábrica de botões, situada na Calçada do Cascão, era vizinha do Palácio das Portas da Cruz onde estava já instalado o Colégio, facto que a informante ignorava. Teresa de Saldanha assumiu imediatamente esta preocupação: “Mas, entrando para a fábrica todos os dias de manhã e saindo só às 7 horas da noite, como podíamos nós fazê-las partilhar da educação e instrução que dávamos às nossas alunas?” (ADSCS, Relatório APMP, 1868). O primeiro convite às raparigas da fábrica, foi feito através de um sobrinho da D. Mariana,

fiscal da fábrica, para que aparecessem no domingo seguinte na escola para aprender doutrina (ADSCS, Relatório APMP, 1868). Assim relata a Marquesa de Rio Maior (1987, p. 124): “No seguinte domingo fomos (...) buscar a D. Mariana; estava tudo em ordem na aula grande, e as janelas todas abertas sobre o Tejo. Esperámos, esperámos... Ninguém!”. Mas, não desanimaram:

Decidimos ir à fábrica um dia da semana todas três e a nossa boa D. Pilar [Nandim de Carvalho]. Apesar de ninguém ter autorização de penetrar no edifício, o sobrinho da D. Mariana deixou-nos entrar. Eu tremia de receio de comprometer o pobre homem. Vi muitos papéis com *haute nouveauté* de Paris, e lindos botões pregados em cima, que ali eram feitos. Fazia dó ver tantas raparigas vestidas de farrapos fazendo girar máquinas e, com um ar de miséria e de cansaço incrível, algumas pareciam não ter mais de oito anos. (Rio Maior, 1987, p. 124)

Aos poucos, as raparigas foram aparecendo: primeiro duas, depois outras chamadas pelas primeiras. E o projecto da aula nocturna foi tomando corpo, a partir da manifestação de necessidade das próprias raparigas:

Uma destas raparigas depois de algum tempo, pediu para a mestra lhe dar, à noite, lição de ler e escrever dizendo que desejava muito aprender, mas que não podia de dia ir à aula por causa do seu trabalho na fábrica. Este pedido fez-nos impressão! Havia muito tempo que pensávamos em abrir uma aula nocturna, mas, parecia-nos difícil pôr em prática este projecto. O pedido da rapariga pareceu-nos indicar o que devíamos fazer, e confiando na Providência Divina, imediatamente decidimos abrir uma aula nocturna, o que se efectuou, no dia 4 de Setembro, começando por nove raparigas. A mestra prestou-se gostosamente e sem aumento de ordenado a fazer esta obra de caridade e a aula nocturna tem-nos dado a maior consolação. São admiráveis os progressos que as pequenas têm feito. Estão à proporção muito mais adiantadas do que as crianças que vão à aula de dia. A aula nocturna é só três vezes por semana, às terças, quintas feiras e sábados. As raparigas quando saem da fábrica às sete horas, vão para o nosso colégio aonde ficam até às nove da noite. 16 raparigas frequentam a aula nocturna e são as mesmas que vão nos domingos ao catecismo; no fim do mês distribuem-se bilhetes de pontualidade, às que nunca faltaram, e estes bilhetes dão direito a prémio depois de um

certo tempo. Faz gosto ver o desejo que as pobres raparigas têm de aprender; o que é tanto mais para louvar tendo elas passado o dia todo ocupadas em trabalhos cansados.

A abertura da aula nocturna representou um esforço adicional para a Associação que assim teve de providenciar a aquisição de candeeiros e o encanamento do gás. Mas Teresa de Saldanha não se cansará de repetir que esta obra lhe trazia “muitas consolações”:

Imagina tu que se apresentou uma mulher casada, rapariga, que nem o sinal da cruz sabe fazer e não sabe o Pai Nosso. Como podia ela educar os filhos! A última noite que o capelão foi, parece que esteve dizendo às raparigas a felicidade que era terem o meio de aprender a rezar e a conhecer a nossa religião, porque muitas entre elas estavam talvez na idade de casar e não sabendo nada, como poderiam elas educar bem os filhos e ser boas mães! Foi então que se soube que uma é já casada. (ADSCS, C 1900, de TS a Maria Augusta Campos, s/d)

Preparar as raparigas para serem “boas mães de família”, uma preocupação partilhada por vários autores contemporâneos de Teresa de Saldanha, como o seu primo D. António da Costa, titular do primeiro Ministério da Instrução Pública, para quem a educação feminina se afigurava ainda mais importante do que a dos rapazes, pelo efeito que teria no desenvolvimento do país, uma vez que a educação dos filhos competia, sobretudo, às mães.

Os mapas de frequência da aula nocturna a que tivemos acesso e que reportam aos anos de 1869, 1870 e 1871 (Tabela 2), dão conta das disciplinas tratadas, menos diversificadas do que na aula diurna, mas também do número de raparigas matriculadas e da sua assiduidade.

A assiduidade era, no século XIX, um problema difícil de contornar. A ele se referia D. António da Costa no preâmbulo ao decreto da reforma da instrução primária (Diário do Governo, 31 Ag 1870), como um factor agravante da situação de carência de escolas em número suficiente para abranger a totalidade da população portuguesa:

De 757:000 crianças de 7 a 15 anos de idade [em 1867], 600:000 não frequentavam as escolas, o que é um facto lastimável, não o sendo menos que desse diminuto número de frequentantes a maior parte o era tão irregularmente, que tornava as próprias escolas existentes menos produtivas do que indicaria o seu número, já aliás escasso.

Tabela 2. Mapa de frequência da aula nocturna do Asilo de S. José das Portas da Cruz

N.º de alunas que:	1869	1870	1871	
Existiam matriculadas em Dezembro do ano anterior e que passaram a frequentar o ano a que se refere o relatório	22	39	26	
Entraram durante o ano	81	27	48	
Saíram no dito ano	64	40	41	
Frequentaram durante todo o ano	103	66	74	
Frequência máxima e média	45 a 25	36 a 18	28 a 18	
Noites de aula	128	123	116	
Existiam matriculadas em Dez. do ano a que se refere o relatório	39	26	33	
Estudaram as diferentes disciplinas:				
Doutrina Cristã	39	26	33	
Leitura	Letra redonda (pelo Método de Castilho)	39	26	33
	Manuscrito	20	10	5
Caligrafia	Exercícios e bastardo		10	21
	Bastardo	39	--	--
	Bastardinho	12	10	8
	Cursivo	4	6	4
Aritmética	Somar	39	26	33
	Diminuir	39	26	33
	Multiplicar	39	26	33
	Dividir	20	26	33

Razões que se prendem com o baixo valor atribuído pelas famílias à escola e à pouca utilidade dos conhecimentos nela veiculados, com a necessidade de empregar os filhos no trabalho doméstico, no cuidado dos irmãos ou mesmo nas fábricas para assegurar a sobrevivência dos seus, com a distância a que se encontrava a escola mais próxima, com a frequência de situações de doença ou ainda, por vezes, com a falta de vestuário ou de calçado que permitissem às crianças apresentar-se na escola.

No caso das raparigas da aula nocturna, havia uma justificação bastante compreensível, como dizia Teresa de Saldanha, “tendo elas passado o dia todo ocupadas em trabalhos cansados”.

O problema levantava-se também na aula diurna, com uma frequência máxima e média respectivamente de 118 / 90 para 132 alunas, em 1869; 115 / 65 para 112 alunas, em 1870; e 85 / 60 para 94 alunas, em 1871. Números que justificavam a utilização de incentivos como as

refeições especiais ou a atribuição de prémios úteis, para além da distribuição de vestuário, calçado e medicamentos (ADSCS, Relatórios APMP), ou de almoço às mais pobres, para satisfação das necessidades básicas das alunas.

Num domingo do mês de Novembro, demos alguns prémios às pequenas que frequentam o catecismo, e agora pouco dias antes de chegar o fim do ano da nossa gerência, demos também prémios de vestidos, camisas, casacos de baeta, meias e lenços a todas as crianças que frequentam a aula diurna. (ADSCS, Relatório APMP, 1868)

Como já referimos, a 6 de Março de 1871 abriu-se também uma aula para rapazes pobres. O relatório da Associação Protectora de Meninas Pobres de 1872 regista esta fundação:

Tendo a Associação Protectora de Escolas Asilos para rapazes pobres, alugado um andar da casa das Portas de Cruz e fundado uma aula externa para os rapazinhos daquele bairro, as mestras do nosso Asilo, com a maior caridade, têm-se prestado a vigiar também esta aula inteiramente independente das nossas e com entrada separada. Agradecemos à digna Direcção desta Associação a fundação desta aula, cujos alunos são, pela maior parte, irmãos das nossas pequenas. (ADSCS, Relatório APMP, 1872)

A chegada das Irmãs Dominicanas

Em Novembro de 1868, as duas primeiras Irmãs Dominicanas da nova congregação fundada por Teresa de Saldanha, chegam a Lisboa, depois de dois anos de formação num convento dominicano irlandês perto de Dublin e assumem a direcção interna da escola. Realizava-se o desejo de Teresa de ter, à frente da sua escola, pessoas em quem podia depositar total confiança, porque as movia uma razão transcendente, não dependendo a qualidade do serviço prestado de outros factores como a ambição económica ou social.

Trabalhando gratuitamente, as Irmãs eram sustentadas pela Associação Protectora de Meninas Pobres e geriam os meios disponíveis de acordo com as parcas exigências da sua vida diária e as necessidades da escola, dos seus alunos e das respectivas famílias; viviam no próprio edifício da escola e dedicavam-se a tempo inteiro à obra. Uma preocupação que Teresa de Saldanha manifesta diversas vezes como numa ocasião, antes da chegada das Irmãs, em que a mestra adoeceu e a escola teve de fechar: “O que está a acontecer agora, mostra a necessidade de haver uma Comunidade Religiosa nas nossas escolas; porque em tais

circunstâncias, se a professora adoecesse, uma outra irmã a substituíria, e não seria preciso fechar as escolas” (ADSCS, C 0060, de TS ao Pe Russell, s/d).

Para além das mestras habilitadas de acordo com as normas legais, a escola passava a contar com a presença e a acção educativa das Irmãs, que nos “momentos livres, visitam os pobres no domicílio e levam ajudas, fornecidas por outra Associação de senhoras [Associação Consoladora dos Aflitos], em que o objectivo é socorrer os pobres nas suas casas, e da qual a minha mãe é a presidente” (ADSCS, C 7121, de TS ao Pe Jandel, 19 Mar 1869).

O documento que regula o horário e distribuição de tarefas das primeiras Irmãs, da autoria de Teresa de Saldanha, é elucidativo da intervenção que lhes competia ter na escola. Da informação recolhida neste documento, destacamos o horário das aulas: “[Aula diurna,] Das nove ao meio dia. Das duas às cinco. [Aula nocturna,] Das sete e meia às nove e meia da noite, três vezes por semana” (ADSCS, D 7037, Horário para as Irmãs Terceiras de São Domingos, 13 Nov 1868). E as tarefas das Irmãs na escola:

Nove horas começa a aula. A Irmã Maria Madalena [Martin] toca a campainha e assiste à entrada nas aulas, que duram até o meio dia. Depois do almoço a Irmã Maria de São Domingos [Murphy] arranja o refeitório, varre (...), e todos estes trabalhos, assim como lavar e engomar, devem ser até meio dia. Não tendo que lavar, vai as dez horas para a aula substituir a Irmã Maria Madalena que vem para baixo dar lições aos pequenos. As onze e quarenta e cinco deve a Irmã Maria Madalena estar na aula para render a Irmã de São Domingos que vai arrancar o refeitório. Doze horas toca a Irmã Maria de São Domingos as Ave Marias. A Irmã Maria Madalena dá sinal para acabar a aula. (...) Às doze e meia hora toca o sino para o jantar das mestras e as duas Irmãs vão vigiar as pequenas, durante a recreação. Uma e meia, jantar, toca o sino. Duas horas toca o sino para as crianças entrarem na aula. Duas e quinze vão as Irmãs para a aula até às quatro e quarenta e cinco. (...) A Irmã Vigária [Maria José de Barros e Castro] (...) deverá vigiar que haja boa ordem nas aulas e que as mestras cumpram as suas obrigações, entrando as crianças e saindo às horas fixadas pelo regulamento. Vigiará a limpeza e asseio nas crianças. Tomará conta da roupa pertencente às crianças, vigiando que os bibes estejam sempre limpos, assim como as toalhas nos lavatórios. Terá uma lista de toda a roupa. (...)

terá a seu cargo especial a aula das crianças mais pequenas. (...) procurará ser uma mãe carinhosa e cheia de bondade para com as crianças, fazendo-se com tudo respeitar.

O mesmo documento determina que as Irmãs visitem os pobres e os doentes do bairro mas, preferencialmente, fora dos períodos de ocupação com os alunos e as aulas, com especial destaque para as 5.as feiras e os domingos, em que não há aula diurna.

Uma aula para meninos “ricos”

Com a vinda das Irmãs começaram a chegar à escola pedidos de admissão de alguns meninos, rapazes e raparigas, de famílias abastadas. Não sendo este o grupo social a que prioritariamente queria dar atenção, Teresa de Saldanha exprimira já, em carta de Novembro de 1866, dirigida ao Padre Jandel (Thiaucourt, 1987, p. 119), o desejo de “estabelecer um pensionato, porque é triste ver em Lisboa vários estabelecimentos dirigidos por senhoras protestantes, com crianças católicas confiadas aos seus cuidados”. Para além disso, “As pensões das meninas podem ajudar para as despesas das Irmãs”.

Em Outubro de 1869, entraram os primeiros alunos externos que pagavam uma mensalidade. Curiosamente, os primeiros foram rapazes: os irmãos João e Pedro de Azevedo Coutinho Pinto Guedes e o primo destes, João António de Azevedo Coutinho Fragoso de Sequeira, Luís de Almeida, Luís Machado e Fernando de Almeida e Noronha, a que se juntou, de início, apenas uma menina, Helena Pereira Coutinho, prima dos primeiros:

O segundo acontecimento foi a abertura de uma escola diurna para rapazinhos, tendo sido tenção da nossa boa Mãe ter uma escola para raparigas para o que tinha já programas impressos, mas neste meio tempo uma boa família da vizinhança pediu com tanto empenho a admissão de alguns rapazinhos, que acabou por condescender, e no dia 4 de Outubro, Festa de S. Francisco de Assis, a nossa escola começou com dois alunos, João e Pedro de Azevedo Coutinho, filhos de D. Luís Coutinho de Azevedo. Alguns dias depois, tendo adoecido o pequeno Pedro, veio o seu priminho João [Fragoso]¹ (...) para o

¹ Por lapso, Thiaucourt chama-lhe João Cardoso e não Fragoso como, de facto, ficou conhecido no colégio, bem como os irmãos Pedro e Maria do Carmo que depois frequentaram, respectivamente, o Colégio das Portas da

seu lugar e na semana seguinte Fernando Peniche (filho do Marquês de Angeja), Luís de Almeida, neto dos Marquês de Lavradio, e Luís Machado, filho, digo neto, do Conde da Figueira (...). (Thiaucourt, 1987, p. 225)

Em Janeiro de 1871, entrou a primeira pensionista, Maria da Piedade Palha de Faria, surda-muda, por pedido insistente da avó e da mãe. Como não tinha ninguém preparado para se encarregar da educação desta menina, Teresa de Saldanha decidiu que as duas Irmãs que estavam ainda a terminar a sua formação na Irlanda, Maria Inês Duff e Rosa Corbally, fossem passar algum tempo numa instituição irlandesa para surdos-mudos, em Cabra, sob a orientação de Irmãs Dominicanas, antes de regressarem a Portugal, a fim de aprenderem o método de ensinar estas crianças. De lá, as duas Irmãs escreveram diversas cartas de que transcrevemos o seguinte:

O sistema é exclusivo desta instituição e foi, em grande medida, inventado pelas freiras. Elas não podiam fazer mais para nos ajudar. Todos os seus manuscritos privados nos foram facultados livremente e podemos copiar o que nos parecer útil. Temos um Dicionário manuscrito tão grande como um Antiphonarium. Na margem está escrita a palavra e do outro lado é explicado o sinal que expressa a palavra sem ser preciso soletrá-la. Pode dizer-se uma frase completa utilizando poucos sinais. Ontem, depois das orações da noite, nós duas dissemos a Avé-Maria e encomendámo-nos a Nossa Senhora e ao Santo Pai S. Domingos e S. José usando estes sinais. (ADSCS, C 2319, de Ir. M. Inês Duff e Ir. M. Rosa Corbally para “Mother Mistress”, [1870])

Com a chegada das Irmãs a Lisboa, a pequena Piedade foi recebida no Colégio e entregue aos seus cuidados:

A Madre Vigária disse que nesse mesmo dia entrava (...) a menina (...) Maria da Piedade Palha, e que era necessário decidir qual das Irmãs devia ficar encarregada da pensionista, de a vestir, arranjar, vigiar e tratar de tudo que lhe pertence. O Conselho decidiu por unanimidade, ficar a Irmã Maria Inês encarregada da pensionista, dormindo a menina na mesma cela da Irmã Maria Inês. Quanto ao ensino decidiu o Conselho que a Irmã Maria

Cruz e o Colégio de Benfica, para os distinguir dos primos, João, Pedro, Francisco, Maria do Carmo e Maria da Madre de Deus, também Azevedo Coutinho.

Rosa, por saber mais do sistema do ensino de surdos-mudos, ficasse encarregada de dar lições à pensionista, duas vezes por dia, mas a horas que não complicasse com as aulas das crianças que estão entregues à Irmã Maria Rosa. Ficou decidido ser a lição da manhã das 9 às 9 e meia, e de tarde da 1 à 1 e meia. No intervalo a menina poderá estudar com a Irmã Maria Inês as lições que lhe passar a Irmã Maria Rosa, estando na aula com as outras meninas (...). (Thiaucourt, 1987, p. 246)

Não cabendo aqui desenvolver este assunto, fica no entanto este apontamento, que nos permite afirmar que, embora fugaz por não ter tido continuidade na aceitação de outros casos semelhantes, a educação de uma criança com deficiência auditiva nesta escola representa um marco importante que a História da Educação não pode ignorar, no que ele representa para o conhecimento quer dos métodos de ensino quer das formas de integração de crianças surdas-mudas no ensino regular.

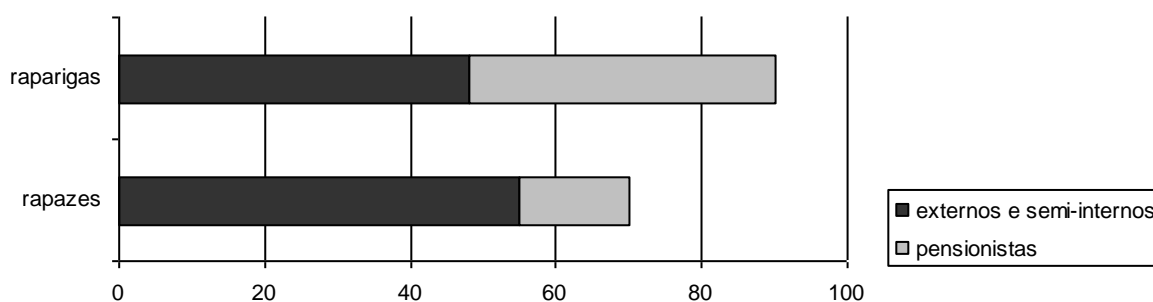


Gráfico 1 Número de alunos “ricos” que frequentaram o Colégio das Portas da Cruz.

Ao todo, passaram por esta aula, de 1869 a 1877, altura em que o Colégio se mudou para Benfica, cerca de 160 alunos “ricos”, embora alguns tenham nos respectivos registos a anotação de “grátis” (IAN/TT, Lv 346) e outros, sobretudo no caso de vários irmãos – e há grupos de muitos irmãos, como o caso dos filhos do Conde de Azambuja, netos do Duque de Loulé, que chegaram a ser sete ao mesmo tempo no Colégio; ou os cinco irmãos Marinho da Cruz – tivessem reduções significativas nas mensalidades.

Embora seja clara a sua preferência pelos mais pobres, não podemos deixar de referir, mais uma vez, a nossa convicção de que o projecto pedagógico de Teresa de Saldanha se dirigia também, desde o início, à sua classe social, sobretudo às raparigas cuja inércia criticava, o que fica bem patente na forma como organizou a Associação Protectora de Meninas Pobres

(Ribeiro de Castro, 2001, 2007a, 2007b) cujo principal objectivo era, como dizem Thiaucourt (1987, p. 21) e Rio Maior (1987, p. 53), “socorrer as aulas externas e as pequenas pobres, acostumando as ricas a tratar de coisas sérias”.

E, de facto, os seus alunos aprendiam a tratar de coisas sérias. Vemos que os seus nomes aparecem inscritos desde cedo na lista de sócios da Associação e encontramos alguns relatos esclarecedores: “Uma nossa Sócia muito jovem que ali se achava, impressionou-se tanto com esta festa [da aula pobre], que foi pedir licença a sua Mãe para dar nesta ocasião, o pecúlio que possuía! Muito nos enterneceu esta generosa acção!” (ADSCS, Relatório APMP, 1871). Tratava-se de Helena Pereira Coutinho (Thiaucourt, 1987), que teria, na altura, 8 anos.

Tem sido nossa preocupação procurar perceber que percurso fizeram os homens e mulheres saídos destas escolas. Uma tarefa que se tem afigurado difícil e, na maior parte dos casos, impossível. Nesta escola, destacamos os nomes de dois dos primeiros alunos, que a nossa História consagrou pelos serviços prestados à pátria: os primos, Pedro de Azevedo Coutinho [Pinto Guedes] (1865-1942), que se distinguiu pela participação nas campanhas ultramarinas e João António de Azevedo Coutinho [Fragoso de Sequeira] (1865-1944), que foi oficial da Marinha, vice-almirante honorário, e também participante nas campanhas de África, presidente da Sociedade de Geografia e ministro da Marinha e Ultramar. Ambos frequentaram o Colégio das Portas da Cruz de Outubro de 1869 a Agosto de 1876. Dos escritos do segundo, extraímos:

Aos 4 anos comecei a frequentar o então conhecido colégio das «Portas da Cruz», fundado e dirigido por D. Teresa de Saldanha (Rio Maior) inteligente e virtuosíssima senhora, a quem, como à sua santa cunhada Marquesa de Rio Maior, devi sempre, enquanto criança, generosos carinhos, e depois de homem a mais benévola amizade. Lembrando sempre com emoção, a ternura maternal com que as boas Dominicanas das «Portas da Cruz», (...) tratavam os seus juvenis educandos, não posso deixar de destacar como figuras de relevo, entre elas, a inglesa Sister Mary Magdalen [Martin] e a irlandesa Sister Mary Rose [Corbally], boa, fina, inteligente e culta, a quem fui sempre muito dedicado. Deste colégio saí aos 10 anos, tendo feito exame de instrução primária e de inglês em que fui distinto. (Coutinho, 1941, p. 10)

Instrução primária e Inglês, refere Coutinho. O livro de registo dos alunos (IAN/TT, AC, Lv 346) assinala que João Fragoso estudava também Desenho. Outros estudavam ainda Francês ou Música e, as meninas, bordados. Mas, mais importante que as disciplinas, fala o texto de uma relação pedagógica próxima, apelidando de “ternura maternal” o modo como as responsáveis pelo colégio tratavam os seus “juvenis educandos”. Alguns episódios relatados nas cartas de Teresa de Saldanha ilustram esta relação experimentada por João Fragoso:

Ontem houve briga, o que tu gostarias de ver. Os pequenos novos [José e Eduardo Ribera]² são filhos do engenheiro espanhol. O nosso [João] Fragoso encheu-se de brio nacional, ouvindo que os outros são espanhóis, e palavra puxou palavra, principiaram a darem-se murros, e a desculpa do Fragoso foi: “Diz a Mamã que os espanhóis são maus”. Lá fiz o meu discurso e os ânimos sossegaram. (IAN/TT, AC, Cx 40, 90, de TS à cunhada, 4 Maio 1870)

Um episódio, também ilustrativo do ambiente político, nacionalismo versus iberismo, que se vivia na época.

Em Abril de 1877, Teresa de Saldanha comprou finalmente a casa que seria sede da sua congregação: o Palácio de Benfica que tinha sido da Infanta D. Isabel. Aí se instalou o novo colégio para filhos de famílias abastadas. As aulas pobres das duas Associações mudaram-se, em 1878, para o Convento do Salvador, no mesmo bairro.

Considerações finais

Para lá da diversidade de disciplinas, do cuidado com a preparação das mestras ou com as condições físicas dos espaços escolares, é na relação com a família e na resposta às necessidades que as crianças e a própria comunidade vão evidenciando que, em nossa opinião, se manifesta a especificidade desta escola, enquanto centro de difusão de cultura e de promoção das condições de vida das pessoas, num dinamismo integrador de todas as áreas que constituem a globalidade do ser humano, enquanto indivíduo e enquanto parte de um todo – influenciado por ele e, por sua vez, potencialmente influenciador. E, diremos mesmo, integrador das diferenças sociais que, embora se mantenham visíveis quer pelo estilo de

² Alguns meses depois entrou um outro irmão, Pedro. Em Abril de 1871 regressaram a Espanha.

educação dispensada aos diferentes grupos quer pelo estatuto que lhes é reconhecido, se esbatem na convivência de pessoas que habitam uma mesma casa e se habitam a olhar para as necessidades dos outros e a procurar formas de contribuir para a sua satisfação, no exercício do papel activo que lhes cabe enquanto cidadãos deste mundo.

Uma dimensão de escola que, na época, era manifestamente inusitada e, hoje, continua a merecer a nossa reflexão.

Referências bibliográficas:

- Cascão, R. (1993). Vida quotidiana e sociabilidade. *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores (Vol. 5, p. 517-541).
- Coutinho, J. A. (1941). *Memórias de um Velho Marinheiro e Soldado de África*. Lisboa: Liv. Bertrand. *Diário do Governo*, n.º 194, 31 Agosto 1870.
- Relatórios da Associação Protectora de Meninas Pobres*, ADSCS, Cx 39.
- Ribeiro de Castro, H. (2001). O ensino privado e a educação para todos – uma história pioneira. *Actas do VI Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia* (vol. I, pp.751-764). Braga: Universidade do Minho.
- Ribeiro de Castro, H. (2002). Teresa de Saldanha – um projecto inovador no século XIX; uma interrogação para o século XXI. *O Particular e o Global no Virar do Milénio – Cruzar Saberes em Educação*. *Actas do V Congresso SPCE* (pp 539-547). Porto: Ed. Colibri/SPCE.
- Ribeiro de Castro, H. (2003). Cartas de um outro amor: a paixão da educação no século XIX. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxia e Educación* n.º 8 (Vol. 10) Ano 7.º. *Actas do VII Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia* (pp 77-90). La Coruña: Universidad La Coruña [CD-Rom Anexo].
- Ribeiro de Castro, H. (2004). A Portuguese School in the 19th Century: reconstructing life from dead documents. *Education-line*. Leeds: British Education Index. <http://www.leeds.ac.uk/educol/documents/00003575.htm>, 26 Maio 2004.
- Ribeiro de Castro, H. (2007a). *Teresa de Saldanha: um projecto pedagógico inovador no século XIX, uma interrogação para o século XXI*. Lisboa: Universidade de Lisboa [tese de doutoramento, documento policopiado].
- Ribeiro de Castro, H. (2007b). O associativismo como estratégia educativa: uma experiência do século XIX. In E.C. Martins (Ed.), *Cenários de educação/formação: novos espaços, culturas e saberes*. Castelo Branco: SPCE. [Suporte CDRom].
- Rio Maior, M[arquês de]. (1987). *Fundação da Ordem das Terceiras de S. Domingos em Portugal*. Lisboa: Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.

Thiaucourt, M.R. (1987). *Madre Teresa de Saldanha: Vida e Obra*. Lisboa: Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena.

Fontes manuscritas:

IAN/TT, AC, Lv 125, *Livro da Receita e Despesa da Casa de S. José*.

IAN/TT, AC, Lv 346, *Registo dos Alunos do Asilo de S. José*.

IAN/TT, AC, Cx 40, 45 e 46, *Cartas e Documentos vários*.

ADSCS, Cx 71, *Horário das Primeiras Irmãs*.

ADSCS, Cx 3, 4, 6, 7, 12, 14, 16, 20, 37, 54 e 55, *Cartas*.